

EM TORNO À ANTROPOLOGIA JURÍDICA ROMANA*

ABOUT ROMAN LEGAL ANTHROPOLOGY

Rafael Ramis Barceló**

RESUMO

A área de intersecção mais problemática entre a antropologia e o direito, em um sentido histórico, é o estudo da civilização romana. Neste trabalho são indicados alguns dos problemas existentes até o momento para um diálogo transversal entre juristas e antropólogos, como também são discutidos os métodos e os níveis de análise e são propostas algumas ideias básicas para a consolidação de uma antropologia jurídica de Roma: deve ser transversal, histórica, crítica e não-dogmática. Além disso, são indicadas algumas das tendências atuais dentro da antropologia jurídica nas quais podem ser aplicadas estas ideias básicas.

PALAVRAS-CHAVE

Antropologia jurídica – Roma – Transversalidade – Direito Romano – Métodos em antropologia.

SUMÁRIO

Introdução. 1. A “antropologia jurídica”. 1.1 Modelos antropológicos. 1.2 As linhas da antropologia jurídica. 1.3 A antropologia jurídica e a história. 2. A antropologia jurídica romana. 2.1 As circunstâncias históricas. 2.2 A antropologia jurídica como foro de trabalho transversal. 2.3 Linhas de estudo e horizontes de futuro. Conclusões. Referências.

REFERÊNCIA: RAMIS BARCELÓ, Rafael. Em torno à antropologia jurídica Romana. *Res Severa Verum Gaudium*, v. 6, n. 1, Porto Alegre, p. 39-60, jun. 2021.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretende-se refletir brevemente sobre o conceito de “antropologia jurídica romana”, sobre os problemas que, até agora, existiram para obter-se um diálogo interdisciplinar entre as distintas áreas implicadas em seu estudo, assim como estabelecer uma série de distinções acerca das diferentes linhas de trabalho existentes sobre ela.

A denominação “antropologia jurídica romana” faz referência a um âmbito de estudo tão amplo quanto complexo. Os primeiros antropólogos, no século XIX, foram historiadores do

ABSTRACT

The most problematic area between anthropology and Law, in a historical sense, is the study of Roman civilization. In this paper some of the problems for a cross-talk between lawyers and anthropologists are indicated as well as the methods and levels of analysis are discussed. Some basic ideas for the consolidation of a Legal Anthropology of Roma are proposed: this dialogue must be transversal, historical, critical, and non-dogmatic. The paper finishes with some of the current trends in legal anthropology in which these basic ideas can be applied.

KEYWORDS

Legal Anthropology – Rome – Interdisciplinary studies – Roman Law – Methodology in Anthropology.

*Texto original em língua espanhola: RAMIS BARCELÓ, Rafael. En torno a la antropología jurídica romana. *Revista de Antropología Social*, v. 24, p. 201-219, 2015. Tradução para a língua portuguesa por Nathalia Kosinski Rodrigues (mestranda em Direito, PPGD-UFRGS). Revisão da tradução por Alfredo de J. Flores (Professor Permanente do PPGD-UFRGS). Os tradutores agradecem a autorização dada pelo autor e pela “Revista de Antropología Social” para essa publicação.

**Professor de História do Direito e das Instituições da Universitat de les Illes Balears desde 2010. Graduado em Direito, Filosofia, Literatura Comparada, Ciências Políticas e Sociologia. Doutor em Direito pela Universitat Pompeu Fabra.

direito antigo e bons conhecedores do direito romano. A eles se devem os melhores estudos sobre a antropologia da Grécia e de Roma. Entretanto, o direito de Roma foi objeto praticamente exclusivo do estudo dos juristas, os quais atribuíram para si a sua interpretação. Por outro lado, cabe dizer que os juristas quiseram transportar a experiência jurídica romana até a atualidade, de modo que as diferenças históricas fossem seguidamente se desvanecendo.

Conforme se poderá observar nas páginas seguintes, uma desconstrução do direito ocidental mostraria que aquilo que se instituiu como a caracterização do “jurídico”, apresentou-se, especialmente desde o século XIX, como sendo algo quase inerente à experiência antropológica romana, de sorte que, tal como tem sido sustentado pelos juristas, em Roma é que se encontraria o nascimento e a expressão mais genuína do “direito”, enquanto produto antropológico ocidental.

A denominação “antropologia jurídica romana” não se consideraria tão complexa se, no Ocidente, a matriz do direito não fosse propriamente a que foi se gestando em Roma e que, depois de importantes mediações, chegou até os nossos dias. A presença constante do chamado “direito romano”, estudado frequentemente como um produto a-histórico, é o maior impedimento para que se possa fazer, precisamente, um estudo antropológico no qual as categorias jurídicas do direito romano não sejam uma pré-compreensão do que “o direito” é, foi ou deve ser.¹

Nas páginas a seguir, serão abordadas estas questões de uma forma sucinta. Em primeiro lugar, será examinado o *status* da antropologia jurídica, os seus problemas metodológicos e se tentará discutir qual é a melhor forma de aplicá-la ao direito romano. Com isso se passa para a segunda análise, o exame das dificuldades que existiram para haver um diálogo transversal na “antropologia jurídica romana”. Serão propostas, por fim, pautas para obter-se este diálogo e serão indicados alguns campos nos quais estas podem ser aplicadas com maior proveito.

1 A “ANTROPOLOGIA JURÍDICA”

A “antropologia jurídica”, como disciplina não-histórica, também tem suas dificuldades, posto que o diálogo entre juristas e antropólogos não é simples. Estes e aqueles

¹Isto é, sustentar que “em Roma”, sem precisar em qual época e em quais contextos, havia matrimônio, divórcio, adoção, compra e venda, hipotecas, direito de herança e legítimas... Poderia ser uma legitimação acrítica do direito atual. Todos estes instrumentos jurídicos, trasladados à atualidade, serviram, em muitos casos, para mostrar que são muito antigos e veneráveis, que sempre existiram no Ocidente e que são inerentes à cultura jurídica europeia.

estão providos de um andaime conceitual e de ferramentas tão distintas que o diálogo entre eles resulta, frequentemente, pouco frutífero. Por parte do antropólogo, uma dependência quanto a uma escola e um método, geralmente rígido, colidirá com o engessamento realista do jurista, não menos rígido e, quase sempre, positivista.

1.1 Modelos antropológicos

Repassando rapidamente algumas correntes, cabe indicar que a antropologia – seja estruturalista, materialista ou pós-moderna – resulta sempre muito afastada da realidade na qual vive o próprio jurista, de maneira que a visão do antropólogo, ao tentar explicar a relação do ser humano com o direito, seria excessivamente *etic* (Lafargue, Pignarre e Nicolau, 2007). Sem dúvida, Marvin Harris (1981) e Clifford Geertz (1973) foram revulsivos quanto a alguns estudos antropológico-jurídicos, mesmo que os seus métodos tivessem a tentação (talvez demasiado onicompreensiva) de explicar a realidade jurídica, um fato que impede seguidamente o diálogo com os juristas.²

Contrariamente, frente aos que ensinam sobre o Ocidente a partir da apresentação das sociedades mediante a etnografia, estão os que estudam o direito nas sociedades primitivas a partir de um prisma excessivamente superior. Enquanto alguns são pós-modernos, outros autores – de tal predicamento como Norbert Rouland (1988) – algumas vezes, mostram-se ancorados ao positivismo e ao colonialismo, enquanto adotam uma posição de observador a partir de cima e com uma pretensa assepsia frente ao objeto ao que estudam.

Existe, também, a tentação de submeter a antropologia jurídica à antropologia política, como fazem, por exemplo, Balandier (1967) e Godelier (1973). Desde uma ótica marxista, não há diferenças, ainda que os matizes sacrificados em tal igualação sejam importantes. A diferenciação entre política e direito, que são duas disciplinas comunicantes, exige, neste caso, que o antropólogo seja, também, sutil na apreensão de uma e outra. Enquanto a política estuda essencialmente o poder e o que o rodeia, o direito é uma disciplina essencialmente prescritiva, algo que o jurista geralmente delimita muito bem. No entanto, pode resultar frutífero o estudo das antropologias do conflito a partir de autores como Max Gluckman (1955; 1965), que podem ajudar muito no diálogo interdisciplinar, se souberem valorar os pontos de união entre a antropologia jurídica e a política.

²Alguns problemas da antropologia jurídica podem ser vistos em Kuppe e Pozt (1995).

Além disso, o antropólogo seguidamente não observa ou escuta o proceder dos juristas, mas oferece receitas apriorísticas baseadas em modelos antropológicos que são estereotipados, que dão lugar a interpretações por vezes aberrantes³. Daí que, sem precisar desvalorizar as contribuições de outros métodos já indicados, a antropologia jurídica deve ser muito mais realista que aquilo que é proposto por alguns modelos abrangentes da teoria antropológica clássica e contemporânea. A inoperatividade de algumas categorias advindas de sociólogos e antropólogos como Durkheim reside, por exemplo, na falta de flexibilidade de seu método, limitado pela universalidade de algumas distinções, como a solidariedade mecânica e a orgânica. Daí vem o êxito dos primeiros cultivadores da antropologia jurídica, desde Maine (1861) até Fustel de Coulanges (1864), pois eram capazes de entender a linguagem dos juristas, sair dela, e realizar um estudo com precisão histórica.

Pode-se dizer que a antropologia jurídica realista é a que melhor sabe conectar o estudo etnográfico com a prática dos juristas e, finalmente, oferece uma explicação mais exata de qual é a relação entre o ser humano e o direito.⁴ A associação entre Llewellyn e Hoebel (1941), por exemplo, resulta sumamente atrativa por sua flexibilidade, precisão metodológica e por seu valor explicativo. O antropólogo, contudo, deve, também, andar precavido frente aos juristas totalmente “realistas”, ou seja, aqueles que pensam, dizendo de forma simplificada, que o direito é criado por juízes a partir de cada resolução, posto que existem nas sociedades muitas formas jurídicas implícitas e outros critérios de justiça, inclusive de caráter material, que devem ser estudados.⁵

Assim, de início, caberia dizer que a antropologia jurídica poderia e, inclusive, deveria ser um ramo da antropologia, ainda que elaborada em íntima conexão com os juristas. O antropólogo teria que ser capaz de entender a linguagem e o procedimento dos juristas e de buscar uma explicação sem deixar de atender ao que estes fazem, dizem ou lhe dizem, ainda que com independência de critério. Em que pesem os diferentes métodos que existem na antropologia jurídica, e alguns dos excessos – como os comentados aqui –, deve-se indicar que a disciplina “antropologia jurídica”, como campo de estudo da sociedade atual, está produzindo resultados de grande interesse.

1.2 As linhas da antropologia jurídica

³Penso, por exemplo, em Latour (2002).

⁴Terradas (1993) valoriza a interdisciplinaridade do realismo sempre que haja a produção de um *corpus* de conhecimentos em que estes estejam em diálogo frutífero entre si.

⁵É uma posição adotada por autores como Assier-Andrieu (1996b).

Se antes foram aludidos os diferentes enfoques e escolas, os campos de estudo da antropologia jurídica marcam algumas linhas de pesquisa, desde o plano mais abstrato até o mais concreto. A antropologia jurídica deve atender a uma grande quantidade de dados e informações provenientes da intersecção entre as demais disciplinas. Particularmente, e sem pretensão de exaurir o tema, convém assinalar algumas que serão de utilidade para as páginas posteriores.

A antropologia filosófica do direito estuda, a partir de múltiplas perspectivas, a relação entre o ser humano – dotado, entre outros traços, de consciência, de memória e de vontade – e o direito. Os enfoques abarcam desde uma visão mais simbólico-cultural até as que têm uma projeção mais ontológica, passando pela antropologia cognitiva. Não devem ser confundidas, em que pese a proximidade que existe, a filosofia do direito e a antropologia filosófica do direito. Algumas filosofias jurídicas defendem um método baseado na experiência humana – em um sentido amplo –, enquanto que outras adotam uma análise supostamente científica, onde há a pretensão de escantear toda a vertente antropológica.

A antropologia social do direito é um campo restrito que é partilhado com uma disciplina mais ampla: a sociologia do direito. O estudo do direito nas sociedades a partir de um método antropológico marca uma clara distinção, a qual não cabe desenvolver aqui e sobre a qual não voltarei a insistir.

A antropologia econômica do direito, muito utilizada por autores marxistas – mas também por liberais e neoliberais – permite um estudo econômico das ações humanas e uma “análise econômica do direito” vista pelo viés antropológico. Tal linha enfatiza a visão materialista do ser humano e da sociedade.

A antropologia cultural do direito é uma linha de estudo na qual se analisa o direito como um fenômeno da cultura humana. Existe um amplo espectro de trabalho entre a antropologia simbólica do direito – como por exemplo faz Geertz (1984)⁶ – e o estudo dos diferentes dados etnográficos, seguindo a antropologia clássica. Um dos campos da antropologia cultural com maior expansão é a antropologia cognitiva e simbólica, sobretudo sua vertente linguística.

Precisamente, a antropologia linguística do direito estuda, em sentido geral, as relações entre a linguagem dos seres humanos e o direito. Graças ao giro linguístico que se opera na segunda metade do século XX, esta linha tem, igualmente, uma caracterização filosófica. Cabe

⁶Deve-se insistir, novamente, no posicionamento deste autor. Ver Geertz (1984, 1985).

dizer que todas estas linhas estão relacionadas entre si e que, juntamente com outras que não são aqui mencionadas, constituem a base para a compreensão geral da antropologia do direito. Todas elas formam parte de uma antropologia do direito que almeja um diálogo entre antropólogos e juristas em pé de igualdade.

1.3 A antropologia jurídica e a história

A antropologia jurídica aplicada a um período histórico apresenta a necessidade do diálogo entre, no mínimo, três disciplinas: o direito, a história e a antropologia. Se, no caso do diálogo entre o direito e a antropologia, resta claro que – por seu caráter holístico –, a disciplina matriz é a antropologia, ao estabelecer-se um diálogo entre três, poder-se-ia discutir se seria melhor uma “história antropológica do direito” ou uma “antropologia histórica do direito”. Dito de outra forma, dever-se-ia dizer se a área matriz deve ser a história ou a antropologia.

Conforme indicado, por sua maior capacidade holística, é preferível – com as condições expressas a seguir – que a disciplina matriz seja a antropologia, crisol no qual as demais deveriam realizar suas contribuições⁷. Isso não significa que o antropólogo tenha um lugar proeminente frente ao jurista ou ao historiador, mas que, depois de um debate sério, cabe ao antropólogo sintetizar e interpretar os dados e as reflexões dos demais. Por óbvio, os historiadores e os juristas podem e devem mostrar, em cada caso, as discrepâncias ante os juízos dos antropólogos.

Defende-se aqui a viabilidade e, até mesmo, a plausibilidade da antropologia jurídica como disciplina, mas não a supremacia de algum tipo de especialista sobre os demais (Terradas, 2008). Seria muito desejável, inclusive, que o antropólogo tivesse também formação como jurista e historiador, ainda que ter uma ampla preparação nas três especialidades – obviamente – não eximiria do contraste com outros especialistas, em que pese que a dependência hermenêutica deles fosse menor.

Se na seção anterior foram destacadas as linhas mestras da antropologia jurídica, ao tratar-se, neste caso, de uma antropologia jurídica de um período histórico, torna-se imprescindível a concorrência de vários especialistas em diferentes disciplinas. O antropólogo do direito, ao tratar de temas históricos, deveria dar ouvidos a uns e outros, compartilhar suas ferramentas, debater sobre os processos e levar a cabo uma síntese.

⁷Para um debate epistemológico de maior profundidade, ver a tese de Assier-Andrieu (1996a).

Para além da tarefa do antropólogo, é evidente que um labor cuidadoso no campo da história exige a presença de diferentes especialistas das chamadas disciplinas históricas auxiliares: paleografia, arqueologia, epigrafia etc., que sejam capazes de extrair novos dados e de oferecer uma interpretação sobre os mesmos. Além disso, o trabalho do jurista – frequentemente um historiador do direito – resulta imprescindível. Tal como se viu na seção anterior, algumas das linhas que cultivam a “antropologia jurídica” geral não são estritamente aplicáveis ao estudo histórico. Por exemplo, na pesquisa sobre as sociedades do passado, a presença de etólogos, biólogos e economistas não é tão necessária como é a de filólogos, ou mesmo filósofos e teólogos.

Se se tivesse que falar, por exemplo, sobre a “antropologia jurídica medieval”, a concorrência de antropólogos, historiadores, arqueólogos, filósofos, juristas etc., em um campo de discussão conceitual interdisciplinar seria, já em nossos dias, algo perfeitamente normal em simpósios, projetos de pesquisa... Para avaliar o papel do costume, das ordálias, do juramento, do matrimônio etc., a intervenção de uns e outros ajudaria a esclarecer as dificuldades. Mesmo com receios profissionais, a discussão poderia ser factível e proveitosa e, de fato, os medievalistas, às vezes, trabalham em equipes deste estilo. Aconteceria algo muito similar com a “antropologia jurídica grega”, pois, ainda que se diga comumente que *Graeci non leguntur*⁸, o certo é que o trabalho transversal – epigrafia, antropologia, arqueologia, filologia, direito – mostrou precisamente a singularidade jurídica das diferentes *poleis*.⁹

2 A ANTROPOLOGIA JURÍDICA ROMANA

O caso mais problemático da “antropologia jurídica” de um período histórico foi precisamente o da civilização romana. A dificuldade não reside na falta de método ou fontes, mas na divisão de competências levada a cabo no século XIX, que impossibilitou um estudo completo e transversal das linhas de trabalho na antropologia jurídica romana. Em um trabalho anterior (2011)^a, referi-me de forma detida aos problemas derivados deste legado oitocentista, cujas causas devem voltar a ser consideradas brevemente.

⁸Uma discussão deste tópico pode ser vista em Barta (2010). Este autor tenta realizar uma integração de todas as disciplinas implicadas em um ambicioso estudo de “história da cultura”.

⁹Devem ser citados os estudos de eminentes antropólogos, como Glotz (1904, 1928), Vinogradoff (1922), Gernet (1955, 1982). Estas obras, em muitos pontos insuperadas, são fonte de inspiração para muitos historiadores, juristas e antropólogos atuais.

^a*Nota de tradução*: o texto citado já foi traduzido e publicado em língua portuguesa – Ramis Barceló (2021).

2.1 As circunstâncias históricas

No século XIX, produziu-se a desagregação disciplinar que se seguiu à queda do idealismo e ao auge do positivismo. Frente à concepção totalizante do saber nas mãos da filosofia – com Hegel como máximo representante deste ideal –, começou por volta de 1830 a emancipação de todos os campos do saber, ancorados ao método positivista. A sociologia, a literatura e a antropologia nasceram no século XIX como disciplinas muito zelosas por seu próprio método positivista, como reação ao holismo filosófico e teológico que havia imperado até então. A história e a filologia, em que pese haverem nascido anteriormente, alinharam-se a esta moda positivista.

Levantaram-se muros e barreiras, definiram-se as competências e se repartiu o bolo do conhecimento, disputando migalha por migalha cada uma de suas partes. Uma das mais conflitivas foi “Roma”, concebida por Hegel como uma categoria universal:

Em Hegel ficam recolhidas as contribuições da Teologia da História e da Filosofia do Iluminismo com vistas a uma possível constituição de um discurso histórico. A partir disso, estes pressupostos passaram a ser assumidos, consciente ou inconscientemente, por todos os historiadores e, para tanto, chegaram a constituir um dos mais duradouros fundamentos do discurso histórico. (Bermejo, 2009, p. 194).

Os filólogos se apropriaram de todos os textos – salvo os jurídicos; os juristas se portaram como donos dos textos “jurídicos”; os filósofos ficaram com a minguada herança do pensamento romano e o resto foi passado aos historiadores da sociedade, da ciência, da arte. Os sociólogos e os antropólogos pouco ou nada tinham a dizer, em princípio, de uma sociedade tão refinada, cosmopolita e modelar como a romana, luz e norte de todas as posteriores.

Nada havia em “Roma” de estranho, de alteridade frente à Europa do século XIX. Roma era, nem mais nem menos, como que “o” cânone da literatura, da história, da arte e do direito, era o “eu” e o “nós” do passado. Era o espelho em que se deveriam olhar os povos para comprovar o seu grau de civilização. A antropologia estava pensada para as sociedades antigas e primitivas – inclusive a Grécia, de certa forma, poderia ser assim considerada –; mas para “Roma”, apesar de Fustel de Coulanges, não. Permitir que um antropólogo entrasse em “Roma” era tolerar um questionamento da civilização ao qual o positivismo liberal-burguês não estava disposto em absoluto.

Assim, mais valia que cada disciplina avançasse como pudesse nas competências a que se havia arrogado – e que não houvesse questionamento algum desse *status quo*. Restava – e segue restando – ridículo que, na maioria das faculdades europeias, os estudantes de filologia latina fossem e sejam competentes para ler textos históricos, filosóficos, epistolares, de poesia, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 39-60, jun. 2021.

de teatro, mas não fossem – e sigam não sendo – capazes de interpretar texto jurídico algum. Ao que parece, jamais estiveram capacitados para fazê-lo. O estudo do “direito romano”, especialmente depois de Savigny (1779-1861) só poderia ser levado a cabo “seriamente” por juristas. Tampouco os historiadores poderiam – nem conseguiram entrar – para arguir as questões fundamentais do direito romano.

Produziu-se uma importante mudança para o início do século XX mediante a publicação do BGB (*Bürgerliches Gesetzbuch*, o Código civil alemão, em vigor desde 1º de janeiro de 1900). A partir daquele momento, resultava pouco defensável que o direito romano fosse construído como uma categoria pela Pandectística¹⁰ sobre a “Roma” idealizada. “Roma”, berço do direito, como portadora de valores universais e a-históricos, teria que ficar em mãos dos juristas, que, assim, tapavam seguidamente as numerosas rachaduras do edifício conceitual que haviam alcançado no século XIX.

Os juristas romanistas defendiam que esse edifício oitocentista era o mesmo que Justiniano, usando materiais das épocas anteriores, havia construído no século VI. No século XIX, só havia sido feito um reparo, mas tudo continuava igual há séculos. Com estas ideias, os juristas romanistas, em muitos casos, ficavam como guardiões das essências, que impediam um diálogo franco e sincero com as demais disciplinas.

Esta foi a direção empreendida pela Pandectística, que se adensou na dogmática alemã desde o século XIX até nossos dias. Embora tenham ocorrido algumas tentativas creditadas e alguns trabalhos de enorme valia e erudição, a romanística alemã foi muito mais propensa à abstração que ao historicismo, o que impediu majoritariamente o diálogo com as demais disciplinas humanísticas. Certamente, na construção da chamada “ciência do direito”, a Alemanha valorizou primordialmente a base romanística como sustentação do edifício conceitual do direito público e, sobretudo, do privado.

Indiquei em trabalho anteriormente mencionado (Ramis Barceló, 2011) que na Itália, graças à particular presença de elementos hegelianos e marxistas na filosofia e na historiografia positivista, por meio de Labriola, Gentile e Croce, esta dupla herança foi recebida, muitas vezes, de forma conjunta. Possivelmente tenha sido Arnaldo Momigliano (1964) quem amalgamou a herança neo-hegeliana e neopositivista e as fundiu em um crisol comum que permitiu dar uma

¹⁰Como é sabido, a Pandectística foi uma doutrina jurídica que se deu na Europa durante a Modernidade e chegou a seu máximo esplendor na Alemanha do século XIX. Seu principal interesse era analisar os diferentes fragmentos que vieram do direito romano (sobretudo, o *Digesto* – *Pandectas* de Justiniano) para extrair dali uma série de princípios, a partir dos quais deduziram-se outros e se formava um sistema completo e abstrato de “ciência jurídica.” Por meio deste método, pretendia-se elaborar toda uma dogmática jurídica que fosse a “essência” destilada do direito romano.

virada na historiografia do momento, que buscava a fragmentação e a especialização de cada uma das disciplinas nascidas no calor da dispersão posterior ao sistema de Hegel. A figura de Momigliano permite unir a fragmentação dos saberes e o método histórico-crítico que aprendeu de seu mestre, De Sanctis, com a penetração neo-hegeliana da unidade dos saberes¹¹. De certa maneira, a atenção de Momigliano à história das ideias é que permitiu que ele se convertesse no elo entre a historiografia positivista e os historiadores marxistas posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Sem dúvida, a sociologia marxista e a weberiana, juntamente com a tendência holística neo-hegeliana, permitiram um desenvolvimento de programas de estudo interdisciplinar em todas as épocas e disciplinas. Os estudiosos do direito começaram a abrir-se timidamente a estas leituras interdisciplinares, ainda que com muitas reservas. Em alguns casos, os juristas romanistas se negaram radicalmente a entrar neste tipo de discussões e cultivaram com mais afinco um “direito romano” de caráter dogmático, enquanto outros, geralmente com requintada competência em todas as disciplinas histórico-auxiliares, seguiram ancorados ao positivismo do estudo das fontes, evitando que algum filósofo ou historiador viesse a colocar as mãos sobre elas. Se fosse necessário elaborar uma “palingenesia” ou um estudo epigráfico de algum material suscetível de ser jurídico, competia sempre a um jurista levá-lo a cabo.

Os estudos dos antropólogos da civilização romana, levados a cabo desde o final do século XIX, tal como indicaram com sentido crítico autores como Eva Cantarella (1996), não tiveram o impacto desejado entre os juristas romanistas.¹² Uma minoria apreendeu novos métodos de estudo – abrindo-se às tendências que cultivavam os historiadores, antropólogos, arqueólogos – para trasladá-las ao estudo do direito. Desta forma, constituíam grupos de pesquisa de juristas com uma formação mais interdisciplinar, ainda que sem sair da Faculdade de direito.

Pelas circunstâncias antes expressadas, o país com maior vocação interdisciplinar foi a Itália. A *Storia de Roma* de Momigliano e Schiavone (1990) representou uma união palpável entre a historiografia das duas épocas, e uma das obras mais renovadoras da disciplina romanística possivelmente foi a coordenada por Mario Talamanca em 1975 (1979).

O caso francês é muito particular, pois, desde a reforma dos planos de estudo feita em 1954, o “direito romano” como disciplina perdeu muito peso. A história do direito e o direito

¹¹De fato, Momigliano (1964) considerou que havia chegado o fim da historiografia jurídica enquanto disciplina separada e autônoma das demais ciências históricas.

¹²Tampouco tiveram o êxito esperado os trabalhos dos historiadores do direito abertos à antropologia, como Gaudemet (1979).

romano se fundiram em uma “Introdução histórica ao direito”¹³, que acabou historicizando a visão que os estudantes tinham de Roma. Tal orientação facilitou a presença da “antropologia jurídica”¹⁴ como disciplina que, desde então, assentou-se com certa firmeza na França.

Entretanto, para além do caso de Rouland (1979) e de algum outro antropólogo isolado, os trabalhos interdisciplinares abarcaram com maior frequência mais as épocas medieval, moderna e contemporânea que a Antiguidade. Além disso, para o estudo do direito antigo, na França, seguiu-se uma orientação baseada na história das instituições, com escassa presença da antropologia e com um enfoque cimentado na história política.

Contudo, a pluralidade de métodos e as descobertas das equipes interdisciplinares fizeram com que, nos últimos anos, os juristas romanistas tivessem se interessado pela antropologia jurídica como âmbito de estudo. De fato, na última década, publicaram-se trabalhos de grande valor, devidos a romanistas que entenderam que há a necessidade de um estudo transversal e interdisciplinar. Não se trata mais de tomar e interpretar dados proporcionados por arqueólogos e filólogos, mas parar a fim de discutir com eles em pé de igualdade.

2.2 A antropologia jurídica como foro de trabalho transversal

Tudo o que foi dito até aqui não significa que os juristas romanistas estejam desencaminhados e que tenham de deixar suas investigações de fontes ou de instituições jurídicas, em uma direção *ad intra* – ou seja, entre juristas e para juristas –, mas, também, que podem e devem fazê-lo *ad extra*, a saber, com o restante das disciplinas humanísticas e sociais. (Faralli, 1982). Até agora, os juristas entenderam o direito romano como a base conceitual de todo o direito posterior, mas é frutífero, também, vê-lo como produto da sociedade e da cultura de uma época.

Ainda mais, a sobrevivência dos juristas romanistas está cada vez mais ligada ao diálogo *ad extra* do que ao *ad intra*. Em todos aqueles estudos nos quais seja necessária uma abertura interdisciplinar do “direito romano”, a “antropologia jurídica” pode ser – metodológica e conceitualmente – um bom foro de trabalho.

A explicação dos antecedentes nos permite ver que o antropólogo, até faz pouco, não teve um papel relevante na discussão com o jurista. A aproximação com a antropologia jurídica por parte dos juristas romanistas foi levada a cabo a partir da metodologia marxista e

¹³Em espanhol, podem ser vistos os trabalhos de Medina Plana (2006).

¹⁴Sobre isso, ver dois enfoques distintos: Assier-Andrieu (1987) e Rouland (1989).

sociológica. (Capogrossi-Colognesi, Giardina e Schiavone, 1978). O marxismo favoreceu a interdisciplinaridade e o debate entre diferentes áreas. Entre os romanistas que, em sua juventude, foram marxistas, como Luigi Capogrossi-Colognesi (2009) e, sobretudo, Aldo Schiavone (1971), produziu-se um progressivo interesse pela antropologia jurídica de corte foucaultiano. Primeiramente, começaram a questionar-se sobre algumas instituições romanísticas do direito privado e sua evolução na história (Schiavone, 1980) e, sobretudo, o papel do jurista na sociedade (Schiavone, 1984) a fim de reconduzir seus trabalhos, a pouco e pouco, ao estudo do binômio saber-poder (Schiavone, 2005) nestas sociedades.

Muitos historiadores e filólogos italianos dos últimos decênios – como, por exemplo, Maurizio Bettini (1986) – buscaram também a aproximação com a antropologia como âmbito de discussão. Sem deixar de afirmar a relevância primordial da filologia e da história para a compreensão do passado de Roma, quiseram aproximar-se da antropologia como um âmbito de discussão capaz de melhor integrar tendências e matizes provenientes de diferentes disciplinas.

No caso da antropologia jurídica, conforme já dito, é muito conveniente que, depois de sopesar os problemas assinalados anteriormente, seja o antropólogo quem tente extrair conclusões a partir dos dados que possam ser proporcionados não somente pelos historiadores e juristas, mas também pelos filósofos e filólogos. O antropólogo, ao estudar a cultura romana, deve ser capaz de absorver desde os dados de cultura material – arqueologia, epigrafia etc. – até as questões mais não-apreensíveis e teóricas, referentes às mentalidades e aos cultos. Assim, o antropólogo deve integrar em um discurso holístico os dados e as informações que, em um diálogo horizontal, possam ser fornecidos por todos os especialistas.¹⁵

O caso da antropologia jurídica romana, frente à antropologia jurídica de outras sociedades, reveste-se de três dificuldades especiais, fruto das circunstâncias históricas. A primeira delas é que a antropologia jurídica está acostumada principalmente a tratar sociedades distintas da própria, ainda que esta tendência típica da época colonial tenha começado a mudar há poucas décadas. A antropologia jurídica das sociedades ocidentais se formou, em boa medida, a partir dos padrões etnográficos que o próprio direito ocidental oferece, em muitos casos, seguindo a “tradição romanística”. A comparação entre sociedades tribais e sociedades do mundo contemporâneo ocidental permite poucos pontos de união, de maneira que o antropólogo, ao analisar as sociedades tribais, deve posicionar-se no debate¹⁶ entre o substantivismo – favorável à adoção de conceitos étnicos – e o formalismo – que considera que

¹⁵Um bom exemplo de trabalho interdisciplinar poderia ser Giardina (ed.) (1989). Para as condições de uma antropologia jurídica, ver Terradas (2008).

¹⁶Este debate pode ser visto em Nader (ed.) (1997).

devem ser seguidos os padrões ocidentais. A experiência etnográfica destas sociedades tribais pode ser útil na antropologia jurídica histórica, ainda que resulte problemática quanto à antropologia jurídica romana, pelo fato de que a tradição romanística, em muitos casos, siga proclamando-se vigente em nossa sociedade. Cabe, neste caso, proceder de maneira muito sutil, buscando um diálogo sem apriorismos.

Isso abre as portas para a segunda dificuldade: é muito difícil, inclusive para um jurista, uma correta apreensão hermenêutica da influência do direito romano em nossos dias. Pela contínua presença do direito romano nos estudos e na formação do jurista, a distância entre os diferentes períodos da experiência jurídica romana e a atualidade gera uma situação problemática. Dito de outra forma, o jurista – sobretudo o jurista romanista –, pela influência da Pandectística, vê-se mais próximo do “direito romano” que do direito medieval e, até mesmo, do direito das compilações da Idade moderna. Isso faz com que a antropologia do que teria que ser uma sociedade antiga e longínqua seja, também, um tipo de desconstrução¹⁷ de uma mentalidade jurídica a-histórica e do que vem se proclamando como um tipo de sintaxe perene do direito.

Este caráter perene e universal do direito romano, repetido exaustivamente nos manuais jurídicos, chegou a influenciar antropólogos tão prestigiosos como o próprio Radcliffe-Brown. Assim, em seus estudos sobre os direitos de tribos australianas, em que pese a sua reticência quanto aos esquemas etnocêntricos:

Para entender corretamente as leis e os costumes dos povos não-europeus, devemos ter sumo cuidado em não as interpretar em termos de nossas próprias concepções legais, que, embora pareçam-nos simples e claras, são produto de uma larga e completa evolução histórica, e estranhas à nossa própria cultura. Se, por exemplo, tentássemos aplicar aos costumes dos povos mais simples nossas próprias distinções já bem definidas, entre os direitos pessoais e os direitos reais, obteríamos como único resultado a confusão. (Radcliffe-Brown, 1983, p. 43).¹⁸

Logo, acabou não evitando a influência do direito romano, pois tentou enquadrar, em algumas ocasiões, as instituições destas tribos nas categorias romanísticas (*ius in personam*, *ius in rem*...).

A terceira dificuldade é que o trabalho transversal sobre a antropologia romana pode ser levado a cabo muito mais facilmente com os elementos da cultura material – por exemplo, com a epigrafia e a arqueologia – que com os da cultura imaterial, que já estavam nas mãos dos juristas, filólogos ou filósofos. Depois da desconexão entre as áreas de estudo, própria do século

¹⁷Ver a crítica multiculturalista de Monateri (2000).

¹⁸Radcliffe-Brown (1986).

XIX, o marxismo, o estruturalismo e outras doutrinas favoreceram um labor transversal que deu e segue dando frutos mais rapidamente na interpretação da cultura material do que na imaterial (entre outras coisas, porque, para o marxismo, o material é o determinante na história).

Finalmente, faz pouco tempo, muitos juristas adotaram algumas novas técnicas, mas não favoreceram um diálogo holístico com as demais disciplinas. A colaboração do jurista romanista é a chave para uma correta elaboração da antropologia jurídica romana – ainda que, ao final, seja o antropólogo quem, sob sua orientação, e, por vezes, por meio da mediação de um historiador (do direito, ou das instituições jurídicas ou políticas), extraia as últimas conclusões. O interesse que alguns destacados juristas romanistas mostraram pela antropologia e a progressiva superação das três dificuldades apontadas, graças às equipes de trabalho transversais as quais integram os juristas, convidam a traçar algumas perspectivas para a antropologia jurídica romana.

2.3 Linhas de estudo e horizontes de futuro

Sem ter a pretensão de exaurir a temática, indicam-se aqui algumas linhas de estudo nas quais tem havido importantes desenvolvimentos e que merecem uma atenção prolongada para um estudo completo da antropologia jurídica romana. Apesar dos notáveis avanços nas vertentes econômica, social e cultural, sem uma atenção aos valores, às ideologias e ao léxico, não se obterá uma visão completa da antropologia jurídica romana, que abarque desde o mais estritamente ideológico até o puramente fático – ou seja, que abarque os diferentes ramos da antropologia jurídica anteriormente indicadas: filosófica, econômica, social, linguística. Indicarei aqui cinco vertentes.

A primeira seria a vertente religiosa da antropologia jurídica romana, ou seja, o estudo dos cultos na configuração do direito, assim como das mutações antropológico-jurídicas que levaram ao auge do cristianismo. Neste sentido, o auxílio da história conceitual resulta de grande ajuda para o entendimento do sentido da religião cívica dos romanos, das manifestações religiosas oficiais e ocultas e do papel desempenhado pela religião e pela teologia – pagã e cristã – para o entendimento da relação entre o direito e o ser humano – por exemplo, o conceito de *persona*.¹⁹

Uma segunda vertente seria a filosófica²⁰, a saber, a análise a partir do conceito de ser humano, a articulação de *homo* e *humanitas* como categorias de origem jurídica, os problemas

¹⁹Desde o trabalho clássico de Mauss (1997) ao recente de Ribas Alba. (2012).

²⁰Uma apresentação temática pode ser vista em Ribas Alba. (2013).

derivados da *ratio* e da *voluntas*. Ao fim e ao cabo, o direito romano começou como um fruto da manifestação da vontade e, a pouco e pouco, tornou-se fruto da razão. Estas mudanças antropológico-históricas – não somente nos conceitos, mas também nas práticas – têm uma enorme incidência na história das mentalidades, como bem mostrou Bretone²¹; e a antropologia jurídica deve estudar estas mutações de forma detalhada.

Indicou-se aqui a importância do léxico e dos conceitos na história, seguindo a *Begriffsgeschichte*. Uma das vertentes mais inexploradas é a antropologia linguística do direito romano. Na chamada época arcaica, começaram a ser elaborados conceitos jurídicos sobre palavras de uso corrente na agricultura, na pecuária e na construção, como *manus*, *pecunia*, *regula* etc²². Com isso, deslocaram-se acepções que ficaram ladeadas no direito e que podem nos informar não apenas sobre lacunas na formação conceitual, mas também as origens das ficções e metáforas “jurídicas” na vida daquelas pessoas que começaram a outorgar um segundo ou terceiro significado, agora jurídico, a palavras até então de uso cotidiano. (Royo, 1997).

As outras vertentes – que, tradicionalmente, não eram tanto competência dos historiadores, filólogos, filósofos ou teólogos, mas sim dos economistas e historiadores da ciência e da técnica – tiveram uma expansão transversal mais ampla. Particularmente, a que estuda a antropologia econômica do direito romano está mostrando uma sociedade muito mais voltada ao direito mercantil que a compilação justinianeia fazia pensar. Assim, até na época arcaica, graças à antropologia econômica, pode-se deslocar a tradicional primazia individualista – civilista – para estudar de maneira mais ajustada e realista as formas de vida social e comercial do momento, ao compasso do estudo dos avanços técnicos, das epidemias...

Por último, deve-se destacar que a antropologia dos costumes e das instituições seguidamente choca-se com a rigidez da compilação justinianeia, ainda que o estudo antropológico mostre precisamente a mutabilidade da sociedade, o papel mutável do jurista, permitindo pintar diferentes tons daquele que, até pouco tempo, era o uniforme *homo iuridicus* (aparentemente invariável, desde a monarquia romana até Triboniano) e as instituições perenes e modelares, tanto de direito público²³ como de direito privado.²⁴ Em uma linha foucaultiana –

²¹Uma obra fundamental é a de Bretone (1975).

²²Segue sendo imprescindível Benveniste (1969).

²³Por exemplo, as assembleias de notáveis, o Senado e muitas instituições de direito político.

²⁴Praticamente, o direito de família e de sucessões, os direitos reais, as obrigações e os contratos das diferentes etapas da civilização romana foram lidos de maneira uniforme, sob a ótica da codificação oitocentista, sustentando que estas instituições “de ontem e de hoje” já eram assim “em Roma”. Com isso, alimentou-se a ficção de que não houve mudanças entre o direito republicano e o imperial, e que não existiram variações entre o matrimônio e a hipoteca de dois mil anos atrás, com os mesmos institutos de cem anos atrás e na atualidade.

arqueológica e genealógica –, os trabalhos já citados de Schiavone – contra a leitura monolítica e a-histórica de autores como Schulz (1946) – são uma amostra neste sentido.

CONCLUSÕES

No Ocidente, “Roma” foi um rótulo, entre outras coisas, do “jurídico.” O *homo iuridicus* – ocidental, para dizer com Supiot (2007) – nasceu em Roma, viveu e, melhor ainda, segue vivendo entre nós. A proximidade hermenêutica, o falso espelho histórico, principalmente dos juristas, fez com que a antropologia jurídica não tenha podido dar os mesmos frutos do estudo da civilização romana que naqueles sobre outras épocas e sociedades. Apesar disso, honrando a verdade, deve-se dizer que também foram os próprios juristas romanistas quem, depois do desaparecimento de seu próprio objeto de estudo como “direito vivo” – com a promulgação dos Códigos –, buscaram novas formas de aproximação com seu campo de estudo e mostraram uma maior abertura.

Simplificando um pouco, poder-se-ia dizer que, na Alemanha, nos estudos de direito romano, prevaleceu a visão dogmática sobre a histórica, fazendo com que a antropologia jurídica tivesse pouco êxito. Na França, a antropologia jurídica teve uma maior implantação, ainda que tenha cultivado muito menos a experiência jurídica romana que as cronologicamente posteriores.

Cada vez mais, e sobretudo na Itália, o direito romano é estudado sob uma perspectiva histórica, enriquecida com um fecundo diálogo com outras especialidades. Certamente, foi na Itália onde se operou uma renovação maior dos estudos histórico-jurídicos, e onde se acreditou no papel da antropologia como disciplina aglutinante e como foro para a discussão interdisciplinar. Neste artigo foram examinadas algumas das possíveis condições para um estudo proveitoso da antropologia jurídica romana, na qual os juristas romanistas contribuem com seus conhecimentos e podem nutrir-se dos dados e das interpretações dos especialistas nas demais matérias.

O “direito romano”, como disciplina, teve, para o jurista, uma vocação formativa²⁵, legitimadora²⁶ e atemporal.²⁷ Tal vocação dogmática é notada na Alemanha (um país em que se cultivou uma prestigiada “ciência do direito” com base romanística), e ainda mais na Espanha, onde os juristas romanistas, em alguns casos, afastados das tendências estrangeiras e, em outros, imitando-as – às vezes, em segunda ou terceira hipóstase –, são muito zelosos com seu território de estudo.

A antropologia histórica ajuda a reposicionar o objeto de estudo, mostrando distância e proximidade, presença e ausência. Que a antropologia de Roma seja uma antropologia jurídica é certo, ainda que apenas em parte. Melhor seria dizer que o estudo histórico do direito romano deveria ser feito por viés antropológico. Juristas romanistas e antropólogos do direito – dialogando com franqueza e sem receios; equilibrando os dogmatismos aos quais todo especialista tende; escutando com atenção os historiadores, assim como filólogos, filósofos e, finalmente, qualquer um que tenha algo a contribuir – transmitiriam uma visão do direito mais exata historicamente e útil, ainda que isso viesse a soar paradoxal em nossos dias.

Depois das batalhas, tanto pela unidade como pela fragmentação do saber nos séculos XIX e XX, a antropologia, no século XXI, tem um longo caminho a percorrer e pode acabar por ter grande utilidade a todos os interessados no funcionamento das sociedades. Para além dos passos que se deram nos estudos da cultura material, é agora o momento, conforme se indicou, de avançar também nos aspectos mais ideológicos e conceituais.

Cabe concluir, por fim, dizendo que a antropologia jurídica romana é viável se cumprir, no mínimo, quatro condições – gerais, aliás, para qualquer disciplina análoga – que podem ser extraídas das páginas anteriores: deve ser transversal, histórica, crítica e não-dogmática. Dizendo de outro modo, deve ser uma antropologia não-etnocêntrica e não deve desempenhar o papel de guardião de essência alguma. Não devem restar fortificações impenetráveis, limites vedados ou caixas de Pandora fechadas.

As circunstâncias e os receios do passado impediram uma relação fluída entre os pesquisadores, ainda que pareça que, atualmente, o diálogo em pé de igualdade seja possível. Hodiernamente, pode-se cultivar um saber no qual caibam não apenas os trabalhos dos

²⁵Ver as contribuições na obra organizada por Cancelli (org.). (1989).

²⁶Autores como Peter Stein (1999) defendem que a jurisprudência e a casuística que elaboraram os juristas romanos foram o modelo no qual todos os juristas posteriores foram educados. Sua influência foi tal que ultrapassou sua mera função reguladora para converter-se em um dos pilares que caracterizavam e davam solidez à cultura europeia.

²⁷Autores como Koschaker (1947) sustentaram que o “direito romano” não havia morrido depois da codificação, mas que havia sofrido uma leve metamorfose e que se poderia continuar estudando a evolução das categorias romanísticas até o presente momento.

antropólogos, historiadores e filólogos, mas, também, os grandes esforços de alguns juristas romanistas, que estão alterando seu paradigma nas últimas décadas e que desenham um novo horizonte para o futuro.

REFERÊNCIAS

ASSIER-ANDRIEU, Louis. *Essai sur la perspective juridique : contribution a une anthropologie du droit*. Thèse soutenue en 1996 à Paris, EHESS, sous la direction de Marc Augé. (1996a)

_____. *Le droit dans les sociétés humaines*. Paris: Nathan, 1996. (1996b)

_____. Le juridique des anthropologues. *Droit et Société*, n. 5, p. 91-110, 1987.

BALANDIER, Georges. *Anthropologie politique*. Paris: PUF, 1967.

BARTA, Heinz. *Graeca non leguntur?: Zu den Ursprungen des europäischen Rechts im antiken Griechenland*. Ein Beitrag zur Wissenschafts- und Kulturgeschichte des Rechts. Band 1. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2010.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Vol. I-II. Paris : Minuit, 1969.

BERMEJO BARRERA, José Carlos. *Introducción a la historia teórica*. Tres Cantos: Akal, 2009.

BESTARD, Joan (coord.). *Después de Malinowski*. Las Palmas: FAAE, 1993.

BETTINI, Maurizio. *Antropologia e cultura romana*. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1986.

BRETONE, Mario. *Tecniche e ideologie dei giuristi romani*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1975.

CANCELLI, Filippo (org.). *Il diritto romano nella formazione del giurista, oggi*. Convegno organizzato dalla Facoltà di giurisprudenza della II Università di Roma. Milano: Giuffrè, 1989.

CANTARELLA, Eva. *El peso de Roma en la cultura europea*. Madrid: Ediciones Akal, 1996.

CAPOGROSSI-COLOGNESI, Luigi; GIARDINA, Andrea; SCHIAVONE, Aldo (eds.). *Analisi marxista e società antiche*. Roma: Riuniti, 1978.

_____. *Storia di Roma tra diritto e potere*. Bologna: Il Mulino, 2009.

FARALLI, Carla. Storia del diritto romano e scienze sociali: un'integrazione difficile. *Materiali per una storia della cultura giuridica*, n. 12-2, p. 307-341, 1982.

FUSTEL DE COULANGES, Norbert D. *La cité antique: étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Durand, 1864.

GAUDEMET, Jean. *Études de droit romain*. 3 vol. Napoli: Jovene-Pubblicazioni della Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Camerino, 1979.

GEERTZ, Clifford. Distinguished lecture: anti-anti-relativism. *American Anthropologist*, n. 86, p. 263-278, 1984.

_____. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. Nova York: Basic, 1973.

_____. The Uses of Diversity and the Future of Ethnocentrism. *Michigan Quarterly Review*, n. 25 (Winter), p. 105-23, 1985.

GERNET, Louis. *Droit et institutions en Grèce antique*. Paris : Flammarion, 1982.

_____. *Droit et société dans la Grèce ancienne*. Paris : Publications de l'Institut de Droit Romain de l'Université de Paris, 1955.

GIARDINA, Andrea (ed.). *El hombre romano*. Madrid: Alianza, 1989.

GLUCKMAN, Max. *The Ideas in Barotse Jurisprudence*. New Haven: Yale University Press, 1965.

_____. *The Judicial Process among the Barotse of Northern Rhodesia*. Manchester: Manchester University Press, 1955.

GLOTZ, Gustave. *La cité grecque*. Paris : Michel Albin, 1928.

_____. *La solidarité de la famille dans le droit criminel en Grèce*. Paris : Fontemoing, 1904.

GODELIER, Maurice. *Horizon, trajets marxistes en anthropologie*. Paris : Maspero, 1973.

_____. *L'énigme du don*. Paris : Fayard, 1997.

HARRIS, Marvin. *Why Nothing Works: The Anthropology of Daily Life*. New York: Simon & Schuster, 1981.

KOSCHAKER, Paul. *Europa und das römische Recht*. München: Biederstein, 1947.

KUPPE, René; POZT, Richard. La antropología del derecho: perspectivas desde su pasado, presente y futuro. In: ORDOÑEZ, José Emilio R. *Antropología jurídica*. México: UNAM, 1995. p. 09-45.

LAFARGUE, Régis; NICOLAU, Gilda; PIGNARRE, Geneviève. *Ethnologie juridique, autour de trois exercices*. Paris : Dalloz, 2007.

LATOUR, Bruno. *La fabrique du droit: Une ethnographie du Conseil d'État*. Paris : La Découverte, 2002.

LLEWELLYN, Karl N.; HOEBEL, E. Adamson. *The Cheyenne Way: Conflict and Case Law in Primitive Jurisprudence*. Oklahoma: The University of Oklahoma Press, 1941.

MAINE, Henry S. *Ancient law: Its Connection with the Early History of Society and its Relation to Modern Ideas*. London: Murray, 1861.

MAUSS, Marcel. Une catégorie de l'esprit humaine: la notion de personne, celle du Moi [1938]. In : MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris : PUF, 1997. p. 331-362.

MEDINA PLANA, Rachel. Las nuevas Introducciones históricas al derecho en Francia. I. Historia del derecho y antropología jurídica. *E-legal history review*, n. 1, p. 01-25, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Le conseguenze del rinnovamento della storia dei diritti antichi. *Rivista Storica Italiana*, n. 76, p. 133-149, 1964.

_____; SCHIAVONE, Aldo (dirs.). *Storia di Roma*. Torino: Einaudi, 1990.

MONATERI, Pier Giuseppe. Black Gaius: A Quest for the Multicultural Origins of the Western Legal Tradition. *Hastings Law Journal*, n. 51-3, p. 479-564, 2008.

NADER, Laura (ed.). *Law in Culture and Society*. Berkeley: University of California Press, 1997.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Estructura y función en la sociedad primitiva*. Barcelona: Planeta Agostini, 1986.

RAMIS BARCELÓ, Rafael. A vueltas con el legado decimonónico: notas sobre la actual historiografía crítica del derecho romano. *E-legal History Review*, n. 13, p. 01-52, 2011.

_____. Às voltas com o legado oitocentista: notas sobre a atual historiografia crítica do Direito Romano. Tradução de Nathalia Kosinski Rodrigues. Revisão da tradução de Alfredo de J. Flores. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 45, p. 35-102, abr. 2021. [doi: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.113641>]

RIBAS ALBA, José María. *Introducción a la antropología jurídica romana*. Granada: Comares, 2013.

_____. María. *Persona: Desde el derecho romano a la teología cristiana*. Granada: Comares, 2012.

ROULAND, Norbert. *Anthropologie juridique*. Paris : PUF, 1988.

_____. Histoire du droit et anthropologie juridique. *Droit et cultures*, n. 18, p. 193-223, 1989.

_____. *Pouvoir politique et dépendance personnelle dans l'Antiquité romaine: genèse et rôle des relations de clientèle*. Bruxelles : Latomus, 1979.

ROYO ARPÓN, José María. *Palabras con poder*. Madrid: Marcial Pons, 1997.

SCHIAVONE, Aldo. *Alle origini del diritto borghese: Hegel contro Savigny*. Bari: Laterza, 1984.

_____. *Giuristi e nobili nella Roma repubblicana*. Roma-Bari: Laterza, 1987.

_____. *Ius: L'invenzione del diritto in Occidente*. Torino: Einaudi, 2005.

_____. *Storiografia e critica del diritto: Per una 'archeologia' del diritto privato moderno*. Bari: De Donato, 1980.

_____. *Studi sulle logiche dei giuristi romani*. Napoli: Jovene, 1971.

SCHULZ, Fritz. *History of Roman Legal Science*. Oxford: Clarendon Press, 1946.

STEIN, Peter. *Roman law in European history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SUPIOT, Alain. *Homo juridicus: Ensayo sobre la función antropológica del derecho*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007.

TALAMANCA, Mario (ed.). *Lineamenti di storia del diritto romano*. Milano: Giuffrè, 1979.

TERRADAS, Ignasi. *Justicia vindicatoria: de la ofensa e indefensión a la imprecación y el oráculo, la vindicta y el talión, la ordalía y el juramento, la composición y la reconciliación*. Madrid: CSIC, 2008.

_____. Realismo etnográfico. Una reconsideración del programa de B. Malinowski. In: BESTARD, J. (coord.). *Después de Malinowski*. Las Palmas: FAAE, 1933. p. 117-145.

VINOGRADOFF, Paul. *The Jurisprudence of the Greek City Outlines of Historical Jurisprudence*. Vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 1922.

